



ACÓRDÃO Nº712/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11587/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IO.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Mario Jumbo Miranda Aufiero (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 565/2021-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IO, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Mario Jumbo Miranda Aufiero**, Gestor da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IO e Ordenar de Despesas, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Mario Jumbo Miranda Aufiero**, Gestor da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IO e Ordenar de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº712/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.1 Atraso na remessa dos balancetes mensais via sistema e-contas, referente ao mês de maio, contrariando frontalmente as disposições da Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.3.2. Ausência de Termo de Referência com aprovação de autoridade competente (art. 3, XI, Decreto Federal 10.024/2019);

10.3.3. Ausência de Cotação de preços de mercado, no que couber (art.23, caput, da Lei 8.666/93);

10.3.4. Ausência de Indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece, inciso IV do art. 8º do Decreto nº 10.024/2019, §2º, inciso III do artigo 7º, c/c o art. 14 da Lei nº 8.666/93;

10.3.5. Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme art. 31, I, II, III da Lei nº 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo;

10.3.6. Ausência de comprovação de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme Art. 71, da Lei 8.666/93;

10.3.7. Ausência dos comprovantes das publicações do: Aviso do edital e do Extrato do Contrato, conforme estabelece o Decreto nº 10.024/2019 em seu art. 8º, XIII, alíneas a) e b);

10.3.8. Ausência de Razão da escolha do fornecedor, justificativa do preço (artigo 26, parágrafo único, inciso II e III da Lei 8666/93);

10.3.9. Ausência de Parecer Técnico ou Jurídico sobre a Dispensa, como prevê o art. 38, VI, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações;

10.3.10. Ausência de Indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece, § 2º, inciso III do artigo 7º, c/c o art. 14 da Lei nº. 8.666/93;



ACÓRDÃO Nº712/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.11. Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme art. 31, I, II, III da Lei nº 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo;

10.3.12. Ausência de documentos relativos à inexigibilidade de Licitação;

10.3.13. Ausência de justificativas para a realização de despesas com características de fragmentação na compra de produtos da mesma natureza, poderiam ser realizados de uma só vez como previsto no art. 2º, 24, II, 25 e 26 da Lei nº 8.666/93;

10.3.14. Ausência de documentos relativos a contratos realizados pelo Órgão durante o exercício financeiro.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencida a proposta de voto do relator pela regularidade com ressalvas das contas e multas ao Gestor.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Presidente em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Redatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral